

Conselho aprova mudanças na área tributária para aumentar a arrecadação

por Pablo Teruel
de São Paulo

O governo federal adotou três medidas, ontem, na área do Imposto de Renda, destinadas a aumentar a arrecadação. A primeira reajusta faixas de renda sujeitas à retenção na fonte e cria novas faixas de incidência; a segunda estabelece imposto suplementar temporário de 10%; e a terceira tributa com alíquota de 4% os ganhos no "open".

FONTE: NOVA TABELA

O decreto-lei nº 2.028/83 corrigiu em 30%, em média, as faixas sujeitas à retenção na fonte, com vigência a partir de julho. Além disso, criou duas novas faixas de incidência na fonte para assalariados e autônomos, de 40 e 45%, aplicáveis a rendimentos acima de Cr\$ 1,6 milhão (o limite de taxação na fonte é hoje de 35%).

O impacto inicial da medida será uma retenção menor na fonte, que tende a ser consumida, porém, à medida que as categorias recebam seus reajustes salariais no segundo semestre. No ano passado, em outubro, o governo corrigiu as faixas da tabela da fonte em 95%. Estimando-se que de outubro do ano passado a julho a variação do INPC, fator de correção salarial, ande pela casa dos 76%, a variação do período terá sido maior que o dobro da correção das faixas decretadas ontem.

Com isso, a arrecadação na fonte tenderá a crescer até o fim do ano, aumentando também as devoluções de 1984, a não ser que o governo reajuste de novo, até o fim do ano, a tabela de retenção na fonte, ou altere significativamente as faixas da tabela de incidência final do IR.

GANHOS DE CAPITAL

Outro decreto-lei assinado ontem, de nº 2.030/83, criou IR suplementar de 10% na fonte, especialmente para rendimentos de capital, aluguéis e lucro imobiliário. O acréscimo, que vigorará de julho a dezem-

bro, só não se aplica aos rendimentos do trabalho assalariado e de autônomos (cédulas "C" e "D"); juros de caderneta de poupança; rendimentos de pessoas físicas auferidos em operações financeiras de aquisição e subsequente transferência ou resgate, a curto prazo, de títulos e valores mobiliários; e rendimentos pagos por sociedades civis de prestação de serviços a pessoas físicas.

O IR suplementar na fonte não é empréstimo — o decreto-lei o define como antecipação do imposto devido na declaração anual de rendimentos.

Esse decreto-lei, ainda, sujeita à incidência do IR na fonte, à alíquota de 3%, as importâncias pagas por empresas como remuneração de serviços prestados a sociedades civis. A medida atinge rendimentos até agora isentos na fonte e é presumivelmente um primeiro passo para desestimular, do ângulo fiscal, a abertura de empresas por profissionais para fugirem à retenção do IR na fonte como empregados ou autônomos.

OPEN

O terceiro decreto-lei, de nº 2.027/83, tributa na fonte os ganhos, até agora isentos, de pessoas físicas ou jurídicas com títulos de curto prazo ("open"), na base de 4%, como antecipação do imposto devido na declaração anual. A retenção será feita pela empresa que pagar os rendimentos.

Da mesma forma, o decreto-lei tributa na fonte, também com alíquota de 4%, os resultados obtidos mensalmente por instituições financeiras em operações com títulos no mercado aberto. São equiparadas a instituições financeiras, para esse fim, as sociedades corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Conselho Monetário Nacional poderá aumentar em até 50% essas alíquotas, bem como reduzi-las, ao sabor da conjuntura econômica.

• O Pacote Econômico

(Continuação da página anterior)

1. Os percentuais do recolhimento compulsório incidirão sobre os saldos das contas de depósitos a prazo, apurados no último dia de cada mês, incluídos os encargos de juros e a correção monetária relativos ao tempo decorrido da data de contratação do depósito.

2. Na eventualidade de não serem os recolhimentos efetuados em tempo hábil, as instituições sofrerão pena pecuniária à mesma taxa prevista no MNI-4.6.2.12.

3. Fica revogada a Circular nº 731, de 14.09.82.

CRÉDITO RURAL

Resolução nº (1)

O Conselho Monetário Nacional (CMN) majorou, ontem, as taxas incidentes sobre o crédito rural e agroindustrial. Abaixo, a íntegra da Resolução nº (1) que estabelece as novas taxas:

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada nesta data, tendo em vista as disposições do artigo 4º, incisos VI e XVII, da citada lei e dos artigos 25, 6 e 21 da Lei nº 4.829, de 05.11.65:

Resolveu:

I — O crédito rural e o agroindustrial ficarão sujeitos a juros de 3% a.a. e de 5% a.a., respectivamente, e a correção monetária equivalente aos seguintes percentuais da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN):

— Nas áreas do Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha (MG) e Espírito Santo —	1983	1984	A partir de 1985, inclusive
— Nas demais regiões —	70	80	85
— Nas demais regiões —	85	95	100

II — As diretrizes do inciso I serão aplicáveis aos programas especiais, exceto quanto à correção monetária incidente nos créditos do Polonordeste, Prohido, Projeto Sertanejo, Proconar, Probor (nas áreas do Sudam, Sudene, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais) e Poloamazônia, que ficará limitada aos seguintes percentuais da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN):

— Em 1983 55%
— Em 1984 65%
— A partir de 1985, inclusive: 70%

III — As aplicações do capítulo 37 do "Manual do Crédito Rural" ficarão sujeitas a correção monetária equivalente à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e aos seguintes juros:

— Bancos de Investimento até 12% a.a.
— Demais Instituições Financeiras até 3% a.a.

IV — Os juros serão calculados sobre os saldos devedores corrigidos, em 30.06 e 31.12, e exigíveis nas prestações.

V — Os créditos se subordinarão na sua vigência à correção monetária equivalente ao mesmo percentual da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional aplicável no ano civil da formalização.

VI — Os financiamentos de máquinas, tratores, equipamentos, embarcações, bovinos, florestamento e reflorestamento ficarão sujeitos a correção monetária equivalente à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e a juros de 3% a.a.

VII — Aplicam-se os encargos financeiros do inciso I nos casos de financiamento de:

- Máquinas, tratores e equipamentos, em créditos de até 100 MVR por mutuário, por ano;
- Máquinas e veículos de tração animal ou movidos por combustível não importado;
- Máquinas e equipamentos de irrigação;
- Matrizes e reprodutores bovinos, em créditos de valor global de até 100 MVR por mutuário, por ano;
- Bovinos de serviços, até 100 MVR por mutuário, por ano;
- Bezerros, em feiras de bezerros, em créditos de até 100 MVR por mutuário, por ano;
- Aeronaves de fabricação nacional, bem como respectivos motores, e peças de reposição, hangares

e demais investimentos necessários à aviação agrícola.

h) Equipamentos de gasômetro devidamente homologados, bem como sua adaptação, para instalação em motores dinâmicos ou estações, empregados na atividade agrícola;

i) Barcos pesqueiros, em créditos de até 100 MVR por mutuário, por ano.

VIII — Nos Empréstimos do Governo Federal (EGF) prevalecerão os encargos financeiros do custeio da safra, se inferiores aos previstos no inciso I.

IX — Os créditos citados no inciso VI podem ser amparados pela exigibilidade do item 1 da seção 1 do capítulo 37 do "Manual do Crédito Rural".

X — As operações de descontos ficarão sujeitas a juros equivalentes à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) nos 3 (três) meses imediatamente anteriores, com acréscimo de 3 (três) pontos percentuais.

XI — Aplicar-se-ão as diretrizes da Resolução nº 782, de 16.12.82, aos créditos formalizados sob sua vigência.

XII — Continuarão em vigor os limites de adiantamento definidos pela Resolução nº 783, de 16.12.82.

XIII — O Banco Central abonará a remuneração abaixo sobre os saldos dos recolhimentos à subconta "Suprimentos Especiais para Aplicações Rurais e Agroindustriais (Seara)", do "Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (Funagri)":

— Bancos de Investimentos:

Correção monetária equivalente à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, mais juros de 4% a.a.;

— Demais instituições financeiras:

Correção monetária equivalente à variação das ORTN.

XIV — As diretrizes desta Resolução serão extensivas aos programas cofinanciados com recursos externos, cabendo ao Banco Central conduzir as negociações necessárias com os organismos internacionais.

XV — O Banco Central poderá adotar as medidas necessárias à execução desta Resolução, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente.

Resolução nº (2)

O Conselho Monetário Nacional elevou, ontem, os percentuais dos juros incidentes sobre os créditos rurais e agroindustriais concedidos sob a condição de reajuste periódico de taxas, previsto na Resolução nº 782. Abaixo, a íntegra da Resolução nº que estabelece a majoração:

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada nesta data, tendo em vista as disposições do artigo 4º, incisos VI e XVII, da citada lei e dos artigos 5º, 6º e 21 da Lei nº 4.829, de 5.11.65,

Resolveu:

I — Os créditos rurais e agroindustriais formalizados sob a condição de reajuste periódico de taxas, nos termos dos incisos II e III da Resolução nº 782, de 16.12.82, ficarão sujeitos, respectivamente, a juros de 80% a.a. e de 90% a.a., durante o segundo semestre de 1983.

II — O Banco Central poderá adotar as medidas necessárias ao cumprimento desta Resolução, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente.

PIS-PASEP

Resolução nº (3)

O Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou, ontem, a comissão a ser creditada ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para cobrir as despesas de custeio referentes aos serviços de arrecadação, controle das contribuições

As medidas do Conselho Monetário Nacional

Estas foram, em síntese, as medidas aprovadas, ontem, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

IMPOSTO DE RENDA

- IR na fonte sobre ganhos no "open"
- Antecipação do IR das instituições financeiras
- Adicional do IR na fonte sobre ganhos de capital
- IR na fonte sobre importâncias pagas a sociedades civis prestadoras de serviços profissionais
- Redução do IR na fonte sobre rendimentos do trabalho

SUBSÍDIOS

- Redução gradativa do subsídio nas operações de crédito rural e agroindustrial
- Redução do subsídio nas operações de crédito à exportação
- Redução gradativa do subsídio ao crédito
- Redução das alíquotas do IOF sobre operações de crédito.

CRÉDITO

- Eliminação dos limites quantitativos do crédito
- Aumento do depósito compulsório dos bancos

IOF

Resolução nº(4)

O Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu, ontem, as alíquotas do imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre as operações de crédito, exceto nas de crédito ao consumidor ou usuário final de bens e serviços, realizadas por sociedades de crédito, financiamento e investimento e pela Caixa Econômica Federal. Abaixo, a íntegra da Resolução que determina a redução:

RESOLUÇÃO nº (4)

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974, do artigo 2º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e artigos 11, parágrafo único, e 12, parágrafo único, do Decreto nº 78.276, de 17 de agosto de 1976,

Resolveu:

I — Fixar em 0,750% (setecentos e cinquenta milésimos por cento) a comissão para cobrir as despesas de custeio realizadas pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, referentes aos serviços de arrecadação, controle das contribuições e distribuição de resultados, bem como de todas as demais tarefas previstas no regulamento do Fundo de Participação PIS-Pasep, a qual será calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo (apurado ao final de seu exercício financeiro), podendo ser debatida em parcelas mensais.

II — Determinar que, ao percentual de 0,750% (setecentos e cinquenta milésimos por cento) a que se refere o item I, caberá 0,375% (trezentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao Banco do Brasil S.A. e 0,375% (trezentos e setenta e cinco milésimos por cento) à Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradores do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do Programa de Integração Social (PIS), respectivamente.

III — Estabelecer que serão contemplados com o depósito mínimo equivalente ao salário mínimo regional, na forma prevista pelo parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, aqueles participantes que tiverem percebido, no ano imediatamente anterior, salário igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o valor médio dos salários mínimos regionais vigentes durante o ano-base, apurados através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

IV — Determinar que os repasses dos recursos originários da arrecadação do PIS e do Pasep, efetuados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A. em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), obedecerão a esquema previamente estabelecido pelo Ministério da Fazenda, em conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

V — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os itens III e IV da Resolução nº 298, de 30.07.74, com a redação dada pela Resolução nº 343, de 1.10.75, e regulamentações supervenientes, e produzirá efeitos, com relação aos itens I e II, a partir de 1.01.83, com relação ao item III, a partir de 1.07.83 e, imediatamente, no tocante ao item IV, mantidos, para o período de 01.07 a 31.12.82, os mesmos níveis de comissão estabelecidos pela Resolução nº 701, de 26 de agosto de 1981.

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente

ENDIVIDAMENTO

Resolução nº(5)

Resolução baixada ontem por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), determina a fixação, periódica, pelo BC, de tetos para a expansão de operações das instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil. A Resolução também estabelece sanções para as instituições que descumprirem as suas determinações, além das previstas pela legislação em vigor. Abaixo, o teor da Resolução:

Banco Central do Brasil

Resolução nº

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto no artigo 4º, incisos VI e VIII, da mencionada Lei,

Resolveu:

I — O Banco Central, periodicamente, fixará para as instituições financeiras

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente

Anexo à Resolução:

As operações referidas no item I da Resolução nº são aquelas contabilizadas nas contas a seguir discriminadas para as instituições financeiras que seguem padronização contábil:

COBAN/CODES	
1.02.07.42-2	— Governos — emprést. a serviços públicos estaduais
1.02.07.49-1	— Governos — emprést. a serviços públicos municipais
1.02.07.35-0	— Governos — emprést. a serviços públicos federais
1.02.07.56-3	— Governos — emprést. a div. empresariais — indústria
1.02.07.63-5	— Governos — emprést. a div. empresariais — comércio
1.02.07.75-2	— Governos — emprést. a div. empresariais — outras div.
1.02.14.35-0	— Tit. descontados — gov. div. empresariais — outras div.
1.02.14.42-2	— Tit. descontados — gov. div. empresariais — comércio
1.02.14.56-3	— Tit. descontados — gov. div. empresariais — outras div.

COFIN	
1.1.10.30.00-0	— Financiamento ao setor público —
1.1.10.33.00-7	— Financiamento p/anticip. rec. orçamentária
1.1.20.21.00-1	— Repasses de recursos para o setor público
1.1.20.98.00-3	— Outros repasses (setor público)
1.1.25.03.00-0	— Arrendamentos a receber — recursos internos (setor público)
1.1.50.21.00-8	— Direitos por cessão de crédito (setor público)
CODIN	
1.1.10.12.00-4	— Financiamento ao usuário com intervenção (setor público)
1.1.10.30.00-0	— Financiamento ao setor público
1.1.20.06.00-2	— Repasses de recursos da Finaem (setor público)
1.1.50.21.00-8	— Direitos por cessão de créditos (setor público)
CODAM	
1.1.25.03.00-0	— Arrendamentos a receber — recursos internos (setor público).

• Limitação dos empréstimos do setor financeiro ao setor público

• Estabelecimento de piso mínimo de encargos nas operações de crédito ou financiamento de entidades públicas federais

• Novos percentuais para os custos totais do programa de financiamento à produção para exportação e para as linhas especiais de desconto aos bancos autorizados a operar em câmbio

• Redução dos prazos de recolhimento da arrecadação de tributos federais

AGRICULTURA

• Instituição do Programa de Investimentos Agrícolas (Proinvest)

• Nova remuneração nas perdas do Proagro

MAXI

• Diferimento dos efeitos da máxi

ORTN

• Critérios para cálculo da parcela relativa à variação dos valores nominais das ORTN.

e sociedades de arrendamento mercantil tetos para a expansão de operações classificáveis nas contas discriminadas no anexo à presente Resolução.

II — Caberá ao Banco Central examinar, se houver, casos com características especiais, com vistas ao seu ajustamento aos objetivos da presente Resolução.

III — O descumprimento das normas consubstanciadas na presente Resolução será considerado falta grave, expondo as instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil às sanções previstas na legislação em vigor, sujeitando-as ainda:

A) Bancos comerciais: as disposições contidas na Resolução nº 711, de 04.12.81, e Circular nº 662, de 09.12.81;

B) Bancos de investimentos e de desenvolvimento:

1) Ao recolhimento compulsório, em moeda, por período de 30 (trinta) dias, a partir do segundo mês subsequente àquele em que for apurado excesso nas aplicações, em valor equivalente ao do excesso apurado, limitado a 10% (dez por cento) dos seus depósitos a prazo;

2) A multa, cobrada à mesma taxa em vigor para pena pecuniária devida pelos bancos comerciais por desenquadramentos nos recolhimentos compulsórios, incidente sobre o valor do excesso apurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os limites previstos no M.N.I. 4-1-4;

C) Sociedades de crédito, financiamento e investimento:

1) A aplicação em títulos federais no valor do excesso apurado, ficando tais títulos custodiados no Banco Central, com cláusula de inegociabilidade, por período mínimo estabelecido de acordo com a seguinte esquematização:

— 1ª ocorrência — 90 dias

— 2ª ocorrência — 180 dias

— 3ª ocorrência e seguintes — 360 dias

2) A multa, cobrada à mesma taxa em vigor para pena pecuniária devida pelos bancos comerciais por desenquadramentos nos recolhimentos compulsórios, incidente sobre o valor do excesso apurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os limites previstos no M.N.I. 4-1-4;

D) Sociedade de arrendamento mercantil:

1) A aplicação em títulos federais no valor do excesso apurado, ficando tais títulos custodiados no Banco Central, com cláusula de inegociabilidade, por período mínimo estabelecido de acordo com a seguinte esquematização:

— 1ª ocorrência — 90 dias

— 2ª ocorrência — 180 dias

— 3ª ocorrência e seguintes — 360 dias

2) A multa, cobrada à mesma taxa em vigor para pena pecuniária devida pelos bancos comerciais por desenquadramentos nos recolhimentos compulsórios, incidente sobre o valor do excesso apurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os limites previstos no M.N.I. 4-1-4;

E) Caixas Econômicas Estaduais:

1) A suspensão temporária dos repasses e refinanciamentos do Banco Central, até que seja sanada a irregularidade;

2) A multa, cobrada à mesma taxa em vigor para pena pecuniária devida pelos bancos comerciais por desenquadramentos nos recolhimentos compulsórios, incidente sobre o valor do excesso apurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os limites previstos no M.N.I. 4-1-4;

F) Caixas Econômicas Estaduais:

1) A suspensão temporária dos repasses e refinanciamentos do Banco Central, até que seja sanada a irregularidade;

2) A multa, cobrada à mesma taxa em vigor para pena pecuniária devida pelos bancos comerciais por desenquadramentos nos recolhimentos compulsórios, incidente sobre o valor do excesso apurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os limites previstos no M.N.I. 4-1-4;

G) Caixas Econômicas Estaduais:

1) A suspensão temporária dos repasses e refinanciamentos do Banco Central, até que seja sanada a irregularidade;

2) A multa, cobrada à mesma taxa em vigor para pena pecuniária devida pelos bancos comerciais por desenquadramentos nos recolhimentos compulsórios, incidente sobre o valor do excesso apurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os limites previstos no M.N.I. 4-1-4;

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente

EXPORTAÇÃO

Resolução nº(6)

O Conselho Monetário estabeleceu novos percentuais para os custos totais do programa de financia-

mento à produção para exportação e para as linhas especiais de desconto aos bancos autorizados a operar em câmbio. E a seguinte íntegra da resolução:

Banco Central do Brasil

Resolução nº (6)

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto no artigo 4º, incisos VI e XVII, da mencionada lei,

Resolveu:

I — Estabelecer que as operações realizadas até 31.12.83, ao amparo das Resoluções nºs 330, 643 e 674, de 16.07.75, 22.10.80 e 22.01.81, respectivamente, ficarão sujeitas a custo total de até 60% (sessenta por cento) a.a., irrealizável no curso da operação.

II — A partir de 02.01.84, o custo de que se trata passará a corresponder à soma dos seguintes componentes, que também permanecerão irrealizáveis durante o prazo da operação:

A) Até 3% (três por cento) a.a., de juros, e

B) 70% (setenta por cento) da variação dos valores nominais das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN fixados para os períodos compreendidos entre:

— O mês da liberação da operação e o de pagamento da primeira parcela de custos e o de amortização, vencimento e/ou liquidação da operação.

III — O custo do refinanciamento será inferior em 4 (quatro) pontos percentuais aos máximos referidos nos itens anteriores.

IV — Os custos do financiamento e do refinanciamento serão exigíveis ao fim de 180 dias, na amortização, no vencimento e/ou na liquidação dos títulos.

V — O Banco Central do Brasil poderá baixar instruções complementares necessárias à execução desta resolução, que entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os itens VII e XI da Resolução nº 674, de 22.01.81.

COMPULSÓRIO

Resolução nº(7)

Resolução baixada ontem pelo Banco Central, por determinação do Conselho Monetário Nacional (CMN), obriga os bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e bancos de investimento a recolherem, a partir da posição em 30.06.83, 20% sobre o crescimento dos depósitos a prazo, até ser atingida a taxa de 10% dos saldos daqueles depósitos. A resolução também modifica o item I da Resolução nº 762, de 14.09.82. Abaixo, a íntegra da resolução:

Banco Central do Brasil

Resolução nº

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada nesta data, tendo em vista as disposições do artigo 4º, inciso XIV, alínea "A" da referida lei, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 1.959, de 14.09.82,

Resolveu:

I — Determinar que os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento e os bancos de investimento recolham, a partir da posição de 30.06.83, 20% (vinte por cento) sobre o crescimento dos depósitos a prazo, até ser atingida a taxa de 10% (dez por cento) dos saldos daqueles depósitos.

II — Os recolhimentos de que trata o item anterior serão efetuados da seguinte forma:

A) Aqueles já existentes em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ficarão congelados a partir desta data;

B) Aqueles que, a partir desta data, se fizerem sobre o crescimento dos depósitos a prazo deverão ser efetuados em dinheiro, no 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao da posição levantada, e terão remuneração igual à correção monetária plena equivalente à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, acrescida de juros correspondentes a 6% (seis por cento) a.a.

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente

III — A remuneração mencionada na alínea "B" do item anterior será creditada mensalmente no 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao do ajustamento de posição.

IV — Determinar que as taxas estabelecidas no item I da Resolução nº 762, de 14.09.82, passem a ser as seguintes:

A) Bancos pequenos 36%
B) Bancos médios 45%
C) Bancos grandes 50%

V — O ajustamento às taxas mencionadas no item anterior se processará mediante o recolhimento adicional de 20% (vinte por cento) sobre as variações dos depósitos sujeitos a recolhimento, a partir dos seguintes períodos de cálculo:

Grupo A: 06-06-83 a 01-07-83
Grupo B: 13-06-73 a 08-07-83.

VI — O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta resolução.

Resolução nº (8)

As taxas para a financiamento de capital de giro às micro, pequenas e médias empresas, fixadas pela Resolução nº 695, de 17 de junho de 1981, foram modificadas ontem, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), por nova Resolução baixada pelo Banco Central, que determina a incidência de correção monetária sobre estas operações, além de juros de 3 e 5%, dependendo da região onde se localizam estas empresas. Até ontem, os juros variavam de 40 a 45% e sobre os financiamentos não incidia correção monetária.

Banco Central do Brasil

Resolução

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto no artigo 3º, inciso VII, e no artigo 4º, incisos VI e IX, da mencionada lei,

Resolveu:

I — Dar nova redação aos itens VII e XVI, da Resolução nº 695, de 17.06.81, na forma abaixo indicada:

a) Item VII da Resolução nº 695:

"O custo para as operações da espécie, calculado de seis em seis meses, a partir da data do contrato, sobre o saldo devedor, obedecerá à taxa que resultar da aplicação dos seguintes componentes:

1. Para as operações realizadas nos territórios federais e nos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e nos municípios do Estado de Minas Gerais situados na região considerada como Nordeste para fins da Lei nº 4.239, de 27.06.63:

Em 1983:

— 70% (setenta por cento) da correção monetária equivalente à variação dos valores nominais das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, no período de cálculo;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1984:

— 80% (oitenta por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1985:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1986:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1987:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1988:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1989:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1990:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1991:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Em 1992:

— 85% (oitenta e cinco por cento) da correção monetária;

— 3% (três por cento) a.a., de juros.

Brasília (DF), Carlos Geraldo Langoni — Presidente.

CRÉDITO

Resolução nº (9)

O Banco Central divulgou ontem a resolução nº (9) que extingue o limite de crédito a que estavam submetidos os bancos brasileiros. É a seguinte a íntegra da resolução:

RESOLUÇÃO Nº 9

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em, com base no disposto no inciso VII do artigo 3º da mencionada Lei,

RESOLVEU:

I — Extinguir o controle quantitativo do crédito.

II — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogados os seguintes normativos:

Resoluções nºs:

779, de 16.12.82
780, de 16.12.82
786, de 11.01.83
795, de 11.01.83
805, de 10.03.83
806, de 10.03.83

Circulares nºs:

754, de 05